



CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO SNIG (CO-SNIG) ATA DA 28ª REUNIÃO

Data: 16 de novembro de 2022

Hora de início: 10h00m

Hora de fim: 13h00m

Local: Reunião virtual através da plataforma zoom

Participantes

- Mário Caetano, Direção-Geral do Território (DGT);
- Teresa Pimenta, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Nuno Vicente, Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE);
- Paulo Nunes, Telmo Dias, Instituto Hidrográfico (IH);
- Jorge Magalhães, Francisco Caldeira, Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE);
- Gabriel Luís e Aurete Pereira, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG);
- Elsa Oliveira, Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP);
- Isabel Miguel, Lisete Vieira, Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG);
- Carlos Aniceto, Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA);
- Henrique Tato Marinho, Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- Marco Pimenta, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC);
- Anouk Costa, Filipa Bragança, Direção-Geral do Património Cultural (DGPC);
- Irene Cadima, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV);
- Carlos Melo, Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);
- Jorge Eusébio, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRAlg);
- Joaquim Condeça, Colatino Simplício, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRAlt);
- Ricardo Pinho, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN);
- Carlos Goulão, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC);

- Duarte Costa, Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, da Região Autónoma da Madeira (RAM);
- Ana Moreira (em substituição do representante oficial nomeado para o CO-SNIG), Vanda Marcos, Raquel Medeiros e Marta Medeiros, Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental, Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, da Região Autónoma dos Açores (RAA);
- Joaquim Costa, Luís Baltazar, Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Mafalda Pedro, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT);
- Jorge Maurício, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- Jorge Santos, Infraestruturas de Portugal S.A. (I.P.);
- Madalena Grade, Instituto dos Registos e Notariado (IRN);
- Rui Luso Soares, Isabel Botelho, Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT);
- Paula Almeida, Paulo Barata, Ricardo Deus, Instituto Português do Mar e da atmosfera (IPMA);
- Outros participantes da DGT: Alexandra Fonseca, Ana Luísa Gomes, André Serronha, Danilo Furtado, Paulo Patrício e Isabel Fortes.

Ordem de trabalhos

1. Abertura
2. Aprovação da ata da reunião anterior
3. Informações
4. Monitorização INSPIRE 2022
5. Evolução do SNIG: *brainstorming*
6. Outros assuntos

1. Abertura

Mário Caetano (DGT) agradeceu a presença de todos e apresentou a proposta de agenda que foi aceite por unanimidade

2. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior, com a inclusão dos comentários recebidos, foi aprovada por unanimidade.

3. Informações

Paulo Patrício (DGT) apresentou os principais eventos decorridos desde a última reunião do CO-SNIG e os que serão brevemente realizados. Informou que as Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Dados Espaciais (JIIDE) 2022 realizaram-se de 25 a 27 de outubro em Sevilha, e destacou a presença de Portugal com 21 apresentações num total de 82 comunicações apresentadas. Informou ainda que as Reuniões MIG (Inspire Maintenance and Implementation Group) e MIG-T (Grupo Técnico do MIG), 16ª MIG e 72ª MIG-T respetivamente, irão decorrer nos dias 24 e 25 de novembro em formato presencial e que terão um evento lateral a estas reuniões designado por “GeoNetwork and INSPIRE”. Destacou como sendo a questão mais

relevante destas reuniões, o ponto de situação dos Conjuntos de Dados de Elevado Valor e do respetivo ato delegado, que aguarda publicação.

Informou também que o 7º Encontro Nacional Infraestruturas de Informação Geográfica (ENIIG 2022) será realizado a 16 de dezembro de 2022 nas instalações da DGT com o tema “Cartografia Topográfica: da normativa à prática”. Neste evento, entre outros aspetos, será realizado um balanço sobre o ocorrido em matéria de cartografia topográfica desde que foram publicadas as atuais normas e especificações técnicas oficiais, o que ocorreu no ano 2019.

Mário Caetano (DGT) fez referência ao evento de apresentação do SMOS que decorreu a 29 de setembro na DGT, onde foram apresentados a abordagem do SMOS, os visualizadores, os produtos novos e o site: <https://smos.dgterritorio.gov.pt/>. Informou, também, que está previsto um conjunto de eventos regionais a organizar conjuntamente com as CCDR e a ANMP para divulgação do SMOS.

Ricardo Deus (IPMA) colocou uma questão sobre uma recente iniciativa europeia em que o IPMA está envolvido, sobre a partilha de dados meteorológicos à escala europeia. Nesta iniciativa não foi adotado o perfil INSPIRE como referência, tendo sido solicitada a utilização de outro perfil, o que acarreta um grande esforço e suscita dúvidas pelo facto de este perfil não estar alinhado com o perfil INSPIRE. Mário Caetano (DGT) considerou ser relevante levar esta situação à Comissão Europeia na próxima reunião MIG.

3. Monitorização INSPIRE 2022

Danilo Furtado (DGT) apresentou algumas considerações sobre a monitorização INSPIRE 2022, referindo que o procedimento é o mesmo que no ano anterior, sendo a única diferença, o software utilizado. A monitorização tem em conta 19 indicadores INSPIRE e o *harvesting* aos catálogos de cada Estado Membro, será feito a partir de 15 de dezembro.

As principais novidades são o novo geoportal e a plataforma utilizada na monitorização que terá por base o GeoNetwork. O INSPIRE Reference Validator será utilizado na validação dos metadados.

Deixou também algumas notas obtidas nas reuniões MIG-T efetuadas:

- a próxima monitorização será a primeira a utilizar o novo Geoportal baseado no GeoNetwork;
- apenas serão considerados para efeitos de monitorização os serviços de visualização e descarregamento registados no geoportal INSPIRE;
- os metadados e serviços deverão ser sempre validados através do Validador INSPIRE.

Referiu ainda alguns apontamentos sobre o novo geoportal INSPIRE, a nova interface do geoportal que contempla um filtro para os *High Value Datasets*, o *backoffice* em GeoNetwork e um teste de avaliação efetuado por 16 países que sugeriram alterações e melhorias (e.g. relatório com resultado dos erros dos metadados) que irão ser tidas em conta nos desenvolvimentos a efetuar.

Danilo Furtado (DGT) referiu que os Metadados dos Conjuntos de Dados Geográficos de Portugal estão a 100% e os Serviços dos Conjuntos de Dados Geográficos a 97%. Mário Caetano (DGT) pediu às entidades que continuem a fazer um esforço para aumentar o número de conjuntos de dados geográficos (CDG) disponíveis através de serviços de visualização e descarregamento e que consultem os relatórios de interoperabilidade para verificarem a sua conformidade.

Joaquim Pinto da Costa (APA) reportou dificuldades na validação dos metadados devido à instabilidade dos validadores. A Comissão Europeia tem dito que esta situação é devida ao uso do validador por várias entidades em simultâneo. Mário Caetano (DGT) propôs reportar este assunto na próxima reunião do MIG.

4. Evolução do SNIG: brainstorming

Neste ponto da agenda foi feita uma reflexão sobre a evolução do SNIG. Iniciou-se com uma apresentação de Danilo Furtado (DGT) sobre o SNIG na atualidade que lembrou que o SNIG foi renovado e desenvolvido com ferramentas *open source* tendo por base a visão 2020, tendo o foco passado a estar nas necessidades do utilizador e privilegiando-se o acesso rápido à informação que tem associada uma política de dados abertos. Mostrou alguns indicadores recentes e realçou que o foi no ano de 2019, ano em que foi lançado o novo geoportal do SNIG, que se registou um maior número de acessos. Referiu também que cerca de 64% dos metadados estão com política de dados abertos e cerca de 3 % dos metadados não têm política de dados definida.

Seguiu-se uma apresentação de Alexandra Fonseca (DGT), sobre o estado de implementação dos 16 princípios da Visão 2020 discutidos na 25ª reunião do CO-SNIG, tendo referido os que foram parcialmente implementados e os ainda por implementar. Lembrou que o desenvolvimento de uma infraestrutura de informação geográfica que promova a avaliação da usabilidade da plataforma e dos seus conteúdos pelos utilizadores ainda não foi implementado e que deverá ser uma área em que o desenvolvimento futuro do SNIG deverá apostar.

Nesse sentido, foi feita uma reflexão sobre a evolução do SNIG pelo grupo de trabalho. Os participantes foram divididos em 6 grupos, sendo que cada grupo teve um facilitador (sempre que possível um elemento do CO-SNIG que não da DGT), que conduziu a discussão utilizando um guião proposto pela DGT.

O guião da discussão com a identificação dos tópicos discutidos, foi o seguinte:

1. A informação registada no SNIG é a adequada? Faz sentido incluir outra? Se sim, qual?
2. A informação registada no SNIG devia estar classificada por ordem de relevância? Se sim, quais devem ser os critérios a adotar para a classificação?
3. A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?
4. Como conseguir que o SNIG tenha mais utilizadores? Deve ser orientado para um público alvo específico?
5. A relação das entidades produtoras de dados com o SNIG deve ser alterada? Se sim, de que forma?
6. Que outras formas de divulgação e promoção do SNIG devem ser adotadas?
7. Como deve o SNIG inovar e relacionar-se com as tendências tecnológicas emergentes?
8. Como deve o SNIG estimular a disponibilização e promover o acesso aos dados abertos?

O facilitador de cada grupo apresentou posteriormente na reunião global com a presença de todos os participantes um resumo do que foi discutido na reunião do seu grupo, destacando as principais ideias-chave propostas. As respostas apresentadas por cada grupo encontram-se em anexo.

Mário Caetano (DGT) no final da exposição dos grupos de trabalho, e com base no reportado, fez um resumo do que poderiam ser as principais linhas orientadoras da evolução do SNIG:

- Continuar a orientar o SNIG para o utilizador;
- Gerir o catálogo de metadados, i.e. Registo Nacional de Dados Geográficos: é importante saber o que está, o que deveria estar, como está, eliminar redundâncias e inconsistências da informação e manter o catálogo atualizado;

- Melhorar as ferramentas de pesquisa dos dados no geoportal: nomeadamente através de nova classificação dos dados, ordenar os resultados da pesquisa por relevância, sendo para isso necessário definir o significado de relevância (e.g. dados mais importantes para as políticas públicas, dados mais pesquisados, dados mais descarregados, com maior abrangência geográfica);
- Aumentar o número de CDG disponíveis através de dados abertos, evidenciando o seu valor;
- Facilitar a colaboração entre entidades produtoras de CDG: promover a aproximação aos municípios, criar áreas de trabalho temáticas, promover a identificação e disponibilização dos dados de elevado valor;
- Reforçar a disseminação, divulgação e capacitação que irão contribuir para aumentar o número de utilizadores;
- Promover o envolvimento da academia e investigação no SNIG.

6. Outros Assuntos

Não havendo outros assuntos a tratar, Mário Caetano deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

ANEXO - Respostas dadas pelos grupos de trabalho

Grupo 1

Facilitador - Aurete Pereira (LNEG)

1. A informação registada no SNIG é a adequada? Faz sentido incluir outra? Se sim, qual?

O SNIG continua a ser apenas um repositório de dados apesar dos melhoramentos em relação à versão anterior. Há mais informação do que a que lá está e ao mesmo tempo informação que está lá e não deveria estar. A RAM referiu que não existe a Cartografia histórica.

A opinião geral é que se deve refletir/discutir sobre as categorias que caracterizam o território a nível nacional e a partir de aí classificar a informação. A classificação atual não é a melhor.

2. A informação registada no SNIG devia estar classificada por ordem de relevância? Se sim, quais devem ser os critérios a adotar para a classificação?

Esta questão está relacionada com a primeira, uma vez que enquanto não se definir as principais categorias de informação geográfica não lhe poderemos atribuir uma ordem de relevância. Por exemplo, se calhar a informação sobre estradas é mais relevante do que a geologia nesta plataforma. No entanto, a geologia terá de constar porque sem substrato rochoso não há onde e como construir estradas (conceito de geodiversidade).

Por outro lado, se olharmos para a informação do SNIG tal como ela está organizada na atualidade, poder-se-ia atribuir maior relevância à informação que é mais consultada/d Descarregada por ordem da cobertura geográfica: primeiro os dados nacionais, depois os dados regionais e por fim os dados locais.

3. A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?

Sim, principalmente o visualizador. Nota-se que houve um grande investimento no catálogo de metadados em detrimento do visualizador. O visualizador é muito difícil de usar e a sensação que temos é que não é muito usado. Tornar o SNIG mais apelativo com imagens “bonitas” e apostar no desenvolvimento de um novo visualizador simples de usar.

4. Como conseguir que o SNIG tenha mais utilizadores? Deve ser orientado para um público alvo específico?

O SNIG deverá ser mais divulgado principalmente junto de outras instituições que não pertencem a estes grupos de trabalho. Poder-se-ia também captar a atenção das comunidades escolares.

5. A relação das entidades produtoras de dados com o SNIG deve ser alterada? Se sim, de que forma?

Sim, uma das ideias era criar áreas de trabalho no SNIG (DataSpaces) para colaboradores temáticos que se teriam de registar. Preparar o SNIG para tratar os conjuntos de dados de elevado valor de acordo com a diretiva dos dados abertos. Ver exemplo aqui [UNEP GPML Digital Platform \(gpmarinelitter.org\)](http://unep-gpml-digital-platform.gpmarinelitter.org). No fundo criar uma comunidade de informação geográfica que interage e partilha conhecimento dentro da plataforma SNIG.

6. Que outras formas de divulgação e promoção do SNIG devem ser adotadas?

Promover a realização de *webinars* mensais. Convidar pessoas para falarem sobre algum tema ou tecnologia do SNIG.

7. Como deve o SNIG inovar e relacionar-se com as tendências tecnológicas emergentes?

Envolvendo a Academia para em conjunto propor soluções, melhores práticas e concorrermos a um projeto para renovar o SNIG.

8. Como deve o SNIG estimular a disponibilização e promover o acesso aos dados abertos?

Muito provavelmente a AMA irá coordenar a implementação da Diretiva dos Dados Abertos. A maneira como isto vai acontecer ainda ninguém sabe. O grupo deverá cada vez mais interagir e promover diálogo com a AMA. O SNIG deverá comunicar com a plataforma dados.gov.pt para disponibilizar e promover os dados abertos existentes a nível geoespacial.

Grupo 2

Facilitador - Carlos Goulão (CCDRcentro)

1. A informação registada no SNIG é a adequada? Faz sentido incluir outra? Se sim, qual?

A informação é adequada, mas a sua atualização deve obedecer a um processo de melhoria contínuo, sobre a informação já existente e sobre a captação de novos temas.

Disponibilização de dados de forma exaustiva. Ex. Dados da DGRM não estão no SNIG por falta de adaptação legal.

A informação é muito especializada ou de carácter muito restrito.

Faz falta informação básica, das infraestruturas e equipamentos básicos - educação/escolas, saúde/hospitais, tribunais, etc. – formas de pesquisa mais orientadas para o resultado esperado.

Promover a informação generalista / infraestruturas num primeiro nível de visualização/pesquisa.

2. A informação registada no SNIG devia estar classificada por ordem de relevância? Se sim, quais devem ser os critérios a adotar para a classificação?

Mecanismos de Trending – a informação mais procurada deve aparecer primeiro (a informação menos procurada não desaparece, é mostrada num segundo plano)

Privilegiar conjuntos completos (área geográfica mais completa), passando para segundo plano a informação avulsa (ex. Agrupamento de Escolas - Amadora).

HVD – high value dataset

3. A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?

Sim, deve-se privilegiar a consulta num visualizador devidamente estruturado, menos abstrato e mais materializado no mapa base e na visualização imediata dos temas a consultar.

A informação deve estar organizada por temas genéricos e de fácil pesquisa.

4. Como conseguir que o SNIG tenha mais utilizadores? Deve ser orientado para um público alvo específico?

a) Reformulando a forma de utilização da plataforma, tornando-a menos abstrata e mais materializada num mapa/visualizador com os temas devidamente estruturados.

b) Iniciativas de promoção junto dos potenciais utilizadores veiculada por CCDRs e CIMs- promover apresentações em ensino superior, escolas, municípios.

5. A relação das entidades produtoras de dados com o SNIG deve ser alterada? Se sim, de que forma?

a) A DGT deve continuar a promover iniciativas de formação/ sensibilização. Com foco nas entidades regionais e locais, e também nas entidades nacionais com menos recursos especializados.

b) desenvolver ferramentas/API e modelos de dados para a disponibilização da informação;

6. Que outras formas de divulgação e promoção do SNIG devem ser adotadas?

Promovendo iniciativas de formação/ sensibilização.

7. Como deve o SNIG inovar e relacionar-se com as tendências tecnológicas emergentes?

a) Promoção de concurso de ideias ou de Boas Práticas – “SNIGIDEA”;

b) Criar na plataforma SNIG um espaço de partilha de práticas inovadoras para que outros possam aplicá-las;

8. Como deve o SNIG estimular a disponibilização e promover o acesso aos dados abertos?

Adotando, integrando ou fazendo convergir a plataforma de dados.gov.pt do governo com o SNIG. SNIG e DADOS.GOV devem reunir esforços de modo a evitar redundância de atualização de dados.

Grupo 3

Facilitador - Joaquim Pinto da Costa (APA)

1. A informação registada no SNIG é a adequada? Faz sentido incluir outra? Se sim, qual?

Incluir *dashboards* com alguns classificadores e indicadores. Informação adicionada, data, temas
Faltam PDMs e IGTs em geral, em formato vetorial
Informação de interesse geral que ainda não é incluída: Escolas, hospitais, estradas, rede hidrográfica...

2. A informação registada no SNIG devia estar classificada por ordem de relevância? Se sim, quais devem ser os critérios a adotar para a classificação?

Data da informação, metadados que não disponibilizam dados. O produtor da info é oficial ou não.
Serviço de validação dos serviços documentados nos metadados, um género de validador...

3. A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?

Incluir possibilidade de pesquisar por “e” e “ou”

- O quê e onde
- O quê ou onde

4. Como conseguir que o SNIG tenha mais utilizadores? Deve ser orientado para um público alvo específico?

Melhorar a qualidade dos metadados e serviços associados.
Promover concurso anual com informação obtida a partir do SNIG.
Se melhorar a atualidade e relevância, se a informação for útil as pessoas aderem.

5. A relação das entidades produtoras de dados com o SNIG deve ser alterada? Se sim, de que forma?

Trabalho de promoção com entidades que não estão a divulgar no SNIG a informação que produzem

6. Que outras formas de divulgação e promoção do SNIG devem ser adotadas?

O “meu SNIG” posso registar os meus interesses e ser notificado quando há novidades.
Newsletter trimestral com as últimas novidades.

7. Como deve o SNIG inovar e relacionar-se com as tendências tecnológicas emergentes?

Equipa de manutenção

8. Como deve o SNIG estimular a disponibilização e promover o acesso aos dados abertos?

Promovendo a sua reutilização.
Concurso anual das melhores utilizações dos dados encontrados a partir do SNIG.

Grupo 4

Facilitador - Paulo Nunes (IH)

1. A informação registada no SNIG é a adequada? Faz sentido incluir outra? Se sim, qual?

A informação registada no SNIG é adequada, mas o mecanismo de pesquisa deve ser melhorado (orientado ao utilizador - comportamento) – Hierárquica/classes de entidades

2. **A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?**
Relevância por “hits” (métricas\indicadores de acesso e comportamento)
3. **A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?**
Sugestão de melhoria da integração entre o visualizador e os metadados – mais interatividade
4. **Como conseguir que o SNIG tenha mais utilizadores? Deve ser orientado para um público alvo específico?**
Aumentando o número de *datasets*.
Promover a integração com o portal dados.gov.pt.
Dados de investigação orientados aos alunos e academia.
5. **A relação das entidades produtoras de dados com o SNIG deve ser alterada? Se sim, de que forma?**
A relação tem funcionado bem de forma articulada.
Não foram detetadas sugestões de melhoria.
6. **Que outras formas de divulgação e promoção do SNIG devem ser adotadas?**
Sensação: O SNIG é pouco conhecido fora do Fórum
Promover o SNIG no mundo académico
Promover o uso de redes sociais para divulgar o SNIG
7. **Como deve o SNIG inovar e relacionar-se com as tendências tecnológicas emergentes?**
- Analisar o potencial de uso de informação social voluntária (com processos de Validação de Qualidade)
- Adotar uma estratégia para promover o HVD
8. **Como deve o SNIG estimular a disponibilização e promover o acesso aos dados abertos?**
Promover um estudo da cadeia de valor dos dados acessíveis no SNIG e uma campanha de promoção do impacto dos dados abertos.

Grupo 5

Facilitador - Alexandra Fonseca (DGT)

1. **A informação registada no SNIG é a adequada? Faz sentido incluir outra? Se sim, qual?**
Consideração dos HVDS e o que isso implica, como é o caso da criação de *codelists* para este tipo de informação e da identificação de lacunas neste âmbito.
Tentar estabelecer critérios, à semelhança do que já foi feito para os nomes das instituições, que permitam uniformizar os títulos dos CDG e eventualmente conteúdos de outros campos. Eventual criação de thesaurus.
Falta de informação de nível local, e.g. redes de abastecimento de águas, redes de saneamento básico, outra informação ao nível do município. Investir no SNIG-local.
2. **A informação registada no SNIG devia estar classificada por ordem de relevância? Se sim, quais devem ser os critérios a adotar para a classificação?**

A questão da consistência dos títulos dos CDG é um exemplo de intervenção que melhoraria a consulta e acesso aos dados. Importante também dar prioridade à extensão geográfica e considerar critérios de relevância consoante os temas em ligação com a criação de novos filtros que considerem os dados que possam ser mais importantes, tendo em conta as utilizações que servem.

3. A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?

A questão está também associada com melhorar a apresentação dos resultados da pesquisa. Importante utilizar formatos mais atuais no visualizador.

Diversificar as formas de acesso e melhorar a ligação dos metadados com o acesso aos dados através do visualizador.

4. Como conseguir que o SNIG tenha mais utilizadores? Deve ser orientado para um público alvo específico?

Para conseguir mais utilizadores o SNIG deve ser uma infraestrutura abrangente e não apenas para um público alvo. Apostar em conteúdos mais abrangentes e criar mais formas de apoio aos utilizadores, assim como investir em sessões de demonstração e formação.

Importante também promover a sua utilização pelas próprias entidades públicas produtoras dos dados (necessário divulgar internamente pelos diferentes departamentos que podem tirar partido da informação).

Para o público em geral é importante identificar e implementar formas fáceis de dar acesso ao que as pessoas realmente precisam, melhorando e expandido o âmbito do geoportal e criando visualizadores de acesso aos CDG.

Por fim, adaptar o SNIG cumprindo com os requisitos de acessibilidade.

5. A relação das entidades produtoras de dados com o SNIG deve ser alterada? Se sim, de que forma?

Maior envolvimento da Academia porque implementam projetos de investigação, têm ligação com empresas inovadoras e são importantes pelo seu conhecimento em termos temáticos e de desenvolvimento de aplicações.

Dinamizar a relação com as entidades produtoras de dados para colmatar de forma mais eficiente as falhas de acesso aos serviços e outras irregularidades que possam surgir, criando renovados mecanismos de interação e obtenção de *feed-back* mútuo “SNIG – entidades produtoras de dados”.

6. Que outras formas de divulgação e promoção do SNIG devem ser adotadas?

Explorar as redes sociais como forma de chegar a mais utilizadores. Publicação de uma Newsletter mensal ou trimestral a difundir pelas diversas redes e listas de contactos.

Promover de forma destacada a divulgação do SNIG como IIG nacional, nos sites de todas as entidades públicas produtoras de dados do SNIG, incluindo municípios e outras entidades parceiras até mesmo a nível internacional.

7. Como deve o SNIG inovar e relacionar-se com as tendências tecnológicas emergentes?

Continuar a investir em tecnologia open-source.

Explorar a abordagem dos Data Spaces, envolvendo consórcios em torno de determinados temas de dados com mais valia, ligando com outras entidades e empresas e apostando no desenvolvimento de aplicações diversas, recorrendo a inteligência artificial e outros tópicos inovadores.

Apostar também na criação de algumas apps associadas a temas de interesse, aproximando o SNIG dos utilizadores.

Hipótese de explorar desenvolvimentos mais recentes no âmbito das pesquisas, como *elastic search*.

8. Como deve o SNIG estimular a disponibilização e promover o acesso aos dados abertos?

Garantindo interação sincronizada com a AMA no âmbito do dados.gov.pt.
Apontando para as evidências do impacto dos dados estarem disponíveis de forma aberta.

Grupo 6

Facilitador - Vanda Marcos (RAA)

1. A informação registada no SNIG é a adequada? Faz sentido incluir outra? Se sim, qual?

A informação existente é a adequada mas propõe-se a inclusão de serviços de dados não estáticos, como por exemplo, estado do tempo, tráfego, ...

2. A informação registada no SNIG devia estar classificada por ordem de relevância? Se sim, quais devem ser os critérios a adotar para a classificação?

Poderia ser apresentada a informação por ordem do que é mais pesquisado no SNIG e, se possível, pelos serviços de visualização/d Descarregamento que são mais utilizados.

3. A forma de consulta e acesso aos dados através do Geoportal e respetivo visualizador deve ser alterada ou melhorada? Se sim, de que forma?

Não foi muito aprofundada a questão do visualizador, mas foi referido que seria uma mais valia o visualizador apresentar a ferramenta de comparação da informação.

4. Como conseguir que o SNIG tenha mais utilizadores? Deve ser orientado para um público alvo específico?

Deve ser efetuada uma abordagem aos futuros utilizadores da informação geográfica, promovendo e divulgando o SNIG no mundo académico e em cursos profissionais da área;

Também é importante divulgar o SNIG dentro das próprias entidades que são as produtoras/detentoras/utilizadoras de informação geográfica, uma vez que existem muitos técnicos que desconhecem o SNIG. Sugere-se haver pequenas sessões de divulgação, direcionadas para as necessidades das entidades.

5. A relação das entidades produtoras de dados com o SNIG deve ser alterada? Se sim, de que forma?

Sugere-se uma maior divulgação de que, o catálogo GeoNetwork utilizado no SNIG, encontra-se disponível em formato aberto e que pode ser instalado em qualquer servidor da entidade e facilita o processo de partilha de metadados com o SNIG;

Sugere-se a atualização do SNIG, de forma a que ferramentas como, o MetaSearch (utilizada em QGIS), consiga utilizar todas as suas funcionalidades no catálogo SNIG;

Integração e maior aproximação aos municípios, incentivando-os a produzir metadados da sua informação e demonstrando a mais valia na partilha da informação sem restrições associadas.

6. Que outras formas de divulgação e promoção do SNIG devem ser adotadas?

Divulgação mais próxima aos utilizadores e educando-os a que, quando for necessária alguma informação, procederem primeiramente à pesquisa no SNIG. Apesar de já haver conferências, jornadas, encontros onde é muitas vezes referenciado o SNIG, nem sempre todos os utilizadores, que necessitam de informação geográfica, encontram-se neste tipo de sessões, pelo que a divulgação deve ser mais próxima:

Universidades que tenham cursos em que sejam lecionadas disciplinas relacionadas com informação geográfica e cartografia;

Escolas profissionais que tenham cursos em que sejam lecionadas disciplinas relacionadas com informação geográfica e cartografia;

Entidades produtoras e detentoras de IG.

7. Como deve o SNIG inovar e relacionar-se com as tendências tecnológicas emergentes?

Garantir que o GeoNetwork se encontra atualizado, de forma a que seja possível utilizar todas as funcionalidades atualmente disponibilizadas;

Aderir a tecnologias que permitam aumentar a performance dos dados.

8. Como deve o SNIG estimular a disponibilização e promover o acesso aos dados abertos?

Divulgação mais próxima às entidades, através de reuniões, palestras, explicando as vantagens na disponibilização dos dados em formato aberto e reforçando a ideia que os dados que cada entidade detém foram adquiridos com dinheiro público, pelo que devem ser disponibilizados a todos, para uma melhor rentabilização e de forma a gerar mais valor à sociedade.

Sugere-se que seja explicado às entidades que nos cadernos de encargos que são efetuados com empresas prestadoras de serviços, que os dados produzidos pela empresa prestadora de serviços, após término do contrato, devem passar a ser propriedade da entidade contratante e que a mesma deverá ter toda liberdade de os disponibilizar de forma aberta/gratuita.

Também é importante transmitir às entidades de que os dados abertos facilitam a produção de nova informação e a sua disponibilização através de serviços, permite que o(s) técnico(s) da entidade não tenham de perder tempo na preparação/disponibilização da informação pretendida. Sugere-se que os dados sejam sempre abertos e, caso assim o considerem podem, por exemplo, cobrar serviços de tratamento da informação que foi disponibilizada.

Seria importante efetuar sessões sobre a recente Diretiva sobre Dados Abertos e Dados de Elevado Valor.

Outras notas:

- Referiu-se que seria importante e útil aparecer um *thumbnail* da informação geográfica (não a imagem institucional, mas imagem real da informação a que se refere o respetivo metadados dos CDG) no catálogo do SNIG;
- Necessidade de haver um documento a definir quem são as entidades detentoras da informação, quando existem várias entidades que recebem/aprovam/têm competências na mesma informação (exemplo: informação das câmaras que, por lei, tem de ser submetida a várias entidades para efeitos de validação/aprovação. Quem é a detentora da informação? Quem deve garantir a atualização da mesma? Quem deve criar/disponibilizar os respetivos serviços?);
- Na pesquisa inicial do catálogo SNIG, não consideram necessário utilizar os 2 elementos de pesquisa “O Quê” e o “Onde”, sugerem que só haja um e que as restantes pesquisas sejam através dos filtros.